

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO LITORAL PARANAENSE: uma análise bibliográfica¹

Luana Portela² – Universidade Federal do Paraná

RESUMO

O presente artigo aborda o fenômeno da População em Situação de Rua (PSR) no litoral do Paraná, a partir das temáticas identificadas em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), produzidos no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. Foram analisados sete TCC's bem como dados sobre o litoral paranaense, com o objetivo de identificar as formas de abordagem em relação ao fenômeno. Foi utilizado o método de revisão bibliográfica e pesquisa exploratória para identificar os materiais a serem analisados compor um quadro acerca das principais abordagens e entendimentos sobre esse fenômeno expresso pelos formandos do curso de Serviço Social em seus respectivos TCCs. Por fim, concluímos que o perfil elencado evidencia a necessidade de um aprofundamento da discussão sobre a temática no processo de formação profissional e um maior refinamento nas políticas públicas e sociais destinadas a essa população visando assim um atendimento qualificado das demandas apresentadas por essa população.

Palavras-chave: População em Situação de rua; Litoral paranaense; Pesquisa Exploratória.

ABSTRACT

This article addresses the phenomenon of Homeless Population (PSR) on the coast of Paraná, from the themes identified in Course Conclusion Papers (TCC), produced in the undergraduate course in Social Work at the Federal University of Paraná - Sector Coast. Seven TCC's were analyzed, as well as data on the coast of Paraná, in order to identify ways of approaching the phenomenon. The bibliographic review and exploratory research method was used to identify the materials to be analyzed to compose a framework about the main approaches and understandings about this phenomenon expressed by the Social Work graduates in their respective TCCs. Finally, we conclude that the profile listed highlights the need for a more in-depth discussion on the subject in the process of professional training and a greater refinement in public and social policies aimed at this population, thus aiming at a qualified service to the demands presented by this population.

Keywords: Homeless population; Coast of Paraná; Exploratory research

¹ Esse artigo é resultado parcial da pesquisa de Iniciação Científica intitulada “O direito à moradia e a população em situação de rua na região litorânea do Paraná”

² - Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Paraná – Setor Litoral – e-mail: luana.portela@ufpr.br.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) defendidos no âmbito da graduação em Serviço Social da UFPR – Litoral cujo tema principal fosse o fenômeno “População em Situação de Rua” (PSR) na região do Litoral Paranaense por meio de pesquisa exploratória e bibliográfica. Para isso o presente artigo apoia-se em revisão bibliográfica que permita subsidiar a compreensão e análise das discussões apresentadas nos trabalhos. O objetivo é observar sobre uma luz crítica o conhecimento produzido no âmbito da instituição - referência na região em ensino superior - sobre a população em situação de rua.

Esse artigo está dividido em Introdução, Desenvolvimento - onde é apresentada uma breve conceituação sobre o fenômeno população em situação de rua e os resultados da análise realizada junto aos trabalhos de conclusão de curso e, por fim, as considerações finais.

1. A DISCUSSÃO TEÓRICA EM RELAÇÃO À PSR ATRAVÉS DOS TCCS: HISTÓRICO, POLÍTICAS, DIREITOS E INTERSECCIONALIDADE.

Em sua obra *Trabalho e a População em Situação de Rua no Brasil* a autora Silva (2009) centraliza a categoria trabalho na sociabilidade humana em uma perspectiva histórica partindo de uma análise acerca da formação sócio-histórica do país, do processo de urbanização e industrialização, bem como da formação do mercado de trabalho para demonstrar como a questão social se acirra e se complexifica no Brasil à medida em que se precarizam as relações de trabalho conjugado a uma parca tradição e perpetuação em torno dos direitos sociais. O resultado disso é a gradativa formação do fenômeno “população em situação de rua”, conjugado ao processo de urbanização ascendente, responsável por afastar os mais pobres dos centros urbanos, a crise estrutural do capital cujo desemprego é um dos maiores responsáveis pelo

139

quadro de anomia social a qual essa população se encontra submetida e, mais contemporaneamente, o processo de financeirização do direito à moradia e especulação imobiliária. Esses são alguns dos principais fatores que resultam no crescimento ascendente do fenômeno a partir dos primeiros anos do século XXI, algo identificado na pesquisa de Silva (2009) por meio dos censos analisados pela autora.

Diante desse quadro, que conta com a apropriação privada da riqueza socialmente produzida e exploração de uma classe sobre a outra, é necessário lembrar da análise de Iamamoto (2009) sobre a questão social ao identificá-la como a contradição fundamental da sociedade burguesa e reconhecendo na entrada histórica da classe trabalhadora na cena política a exigência de direitos enquanto deflagrador das lutas por direitos sociais.

Segundo Silva (2009), a PSR configura-se como um “grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular.” (SILVA, 2009, p. 29).

Desde 1960 segmentos da PSR em parceria com organizações da sociedade civil já enfrentavam os desafios da conquista de direitos e de autonomia. A partir da mobilização, advém a organização, sendo datado desta década o surgimento do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável que têm suas trajetórias de vida e trabalho imersos no cotidiano da rua. Entre 1990 e 2000, com a guinada da redemocratização no cenário político brasileiro, diversos grupos organizados passam a ter visibilidade em suas demandas, principalmente na atuação junto dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Assistência Social. (MNPR, 2010, p. 29).

Em contraposição, neste cenário em 2004 ocorre a atrocidade conhecida como Chacina da Sé, quando sete pessoas em situação de rua foram brutalmente assassinadas na Praça da Sé, em São Paulo. Nesse quadro o fortalecimento da luta se dá, por conta da permanência da reprodução da violência direcionada a esta população, fundada nos pilares da desigualdade econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira de capitalismo periférico e de princípios conservadores.

É diante de um cenário que impõe a necessidade de resistência e luta, que acontece o 4º Festival Lixo e Cidadania, contando com a participação de grupos organizados em defesa dos direitos da PSR de diversos estados brasileiros e é lançado o Movimento Nacional da População

de Rua (MNPR), tendo como princípios a democracia, a valorização do coletivo, a solidariedade, a ética e o trabalho de base. (MNPR, 2010, p. 30).

Dessa forma, com a organização e a mobilização do MNPR em parcerias com outros movimentos sociais, categorias profissionais e entidades da sociedade civil foi possível a elaboração da Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009).

É preciso atentar para a complexidade da política visto que um dos seus pilares é a intersetorialidade entre políticas públicas, incluindo áreas como a Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Pública e Habitação. Uma atribuição ao Assistente Social nesse quadro é o fomento à articulação entre essas diferentes áreas.

Esse necessário esforço de articulação é requisitado visto que não é possível que a oferta de respostas às demandas apresentadas por esses sujeitos seja direcionada a uma única política, ou que estas trabalhem de forma isolada por entender que esse fenômeno em sua constituição exige um conjunto de respostas articuladas para suprir as demandas expressas por essa população. Conforme o Art. 3º salienta:

Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população. (BRASIL, 2009)

Na análise acerca da intersetorialidade presente na política de atendimento à PSR é perceptivo a importância que o direito à habitação detém para a oferta de respostas apropriadas a esse fenômeno. A jornada da política habitacional brasileira inicia-se com medidas de enfrentamento à crise de moradia popular durante o governo de Getúlio Vargas. O então presidente defendia uma ação nacional que combinasse recursos públicos e privados, pautados por um planejamento, nasce então, em 1946 a Fundação da Casa Popular com recursos recolhidos da taxa de 1% sobre as operações imobiliárias e em 1956 a Lei de Favelas, pelo não despejamento de moradores no período de dois anos. Cabe ressaltar que em 1950,

[...] na então capital da república (Rio de Janeiro), existiam 1860.000 favelados,

representativos de 1/13 dos habitantes de toda a cidade. Os favelados do Rio de Janeiro formavam uma população superior a 11 capitais estaduais do país, estando composta sobretudo de homens entre 20 e 39 anos de idade, de maioria negra. [...] Nesse mesmo ano de 1950, revelou-se haver no brasil perto de 10 milhões de domicílios particulares (37% nas cidades e 63% fora delas), das quais nada menos de 7 milhões eram construídos com madeira, pau a pique ou com algo semelhante. [...] calculava-se a carência habitacional em torno de 2,4 milhões de casas para todo o Brasil. (VIEIRA, p. 85, 2015)

Alguns anos mais tarde, em 1964, durante o regime militar, houve a criação do Programa Habitacional financiado pelo Banco Nacional da Habitação. Este, por sua vez, durante seus 22 anos de existência não conseguiu atender a demanda popular existente. O não enfrentamento desta questão elevou o crescimento do número de favelas, uma vez que a população mais carente se alocou em locais não utilizados pelo mercado formal, através de moradias improvisadas e inadequadas.

Assim, o BNH não cumpriu as promessas daqueles que o criaram: acabar com o problema da falta de moradia no Brasil. Apesar de seu forte impacto no mercado imobiliário, não mitigou o problema relativo à moradia popular, um segmento que não deve ser confundido com o segmento do mercado habitacional com demanda solvável. Sua extinção em novembro de 1986, como parte do Plano Cruzado II, deu-se em circunstâncias de agravamento da crise inflacionária e social [...] A partir de então, o País deixou de ter política habitacional, assim como outras políticas de médio e longo prazos. A crise econômica iria afetar muito mais do que apenas os financiamentos imobiliários, levando à focalização da ação governamental no objetivo de controle da inflação. (SANTOS; DUARTE, p. 7, 2010)

Na década de 1980, após o período ditatorial, temos o retorno da trajetória democrática no país, anos marcados pelos avanços no campo de direitos habitacionais. Com a implementação de um capítulo sobre política urbana na Constituição Federal de 1988, através da emenda constitucional nº 26, temos, segundo Rolnik (2015), a estruturação da noção de função social da cidade e moradia, bem como o reconhecimento de posse de milhões de habitantes de favelas e periferias urbanas.

Em 2005, durante o governo Lula, temos a criação do Ministério das Cidades e do Sistema Financeiro de Habitação Social (SFHIS), a lei de criação do sistema ainda determinava que o atendimento priorizasse as camadas que se encontrassem em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Segundo Oliveira e Sampaio (2017) esses recursos continham entre suas finalidades, a produção habitacional e de lotes urbanizados, urbanização, regularização

fundiária, melhoria habitacional, reforma e conversão de imóveis para habitação.

No ano de 2009 temos a aprovação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), através da lei nº 11.977 que também dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos. Segundo Santos e Duarte (2010), o Programa estava comprometido com mais do que a universalização do acesso ao direito à moradia, entre seus principais objetivos constava a implementação do Plano Nacional de Habitação, com a construção de um milhão de moradias, aumento do acesso das famílias de baixa renda à casa própria e geração de emprego e renda por meio do aumento do investimento na construção civil, o PMCMV contribuiria para reduzir em 14% do déficit habitacional do País.

Oliveira, Sampaio e Souza (2017) irão apontar que para além das conquistas asseguradas pelo programa é necessário se ater aos efeitos do tecido urbano e segregação socioespacial, bem como os custos aos beneficiários e seus familiares, podendo este comprometer a renda da população atendida. Ainda sobre isto, Rolnik (2015) afirma:

A construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas específicas onde a terra é mais barata – forma de provisão habitacional predominante ao longo de décadas – contribuiu substancialmente para impulsionar o espraiamento urbano, a proliferação de um padrão urbanístico monofuncional e o estabelecimento de uma divisão territorial entre ricos e pobres. Apesar dos bilhões de reais em subsídios públicos, o programa MCV não impacta na segregação urbana existente. Pelo contrário, apenas reforça, produzindo novas manchas urbanas monofuncionais ou aumentando a densidade populacional de zonas guetificadas já existentes. A intensa produção de moradia sem cidade ao longo de décadas de urbanização intensa acabou por gerar ampla segregação e uma série de problemas sociais que trouxeram ônus significativos para o poder público nas décadas seguintes, fenômeno que está se repetindo novamente. (ROLNIK, 2015, p. 313 314)

O Programa abre precedentes para que as camadas populares da sociedade, inseridos dentro da Faixa 1 - famílias com renda mensal de até R\$1.800,00 reais mensais – acessem seu direito à moradia, porém o mesmo não é visto em relação à população em situação de rua, uma vez que os beneficiários precisam ser considerados sujeitos econômicos. Outro ponto que Oliveira, Sampaio e Souza (2017) abordam é a questão que se refere aos prefeitos e governadores, responsáveis pela manutenção do cadastro de indivíduos e famílias a serem contemplados pela distribuição das unidades habitacionais, neste sentido, a ausência de articulação entre os serviços públicos destinados à população em situação de rua, junto ao

cadastro previsto, pode resultar no não atendimento desta demanda junto a essa população. No ano de 2013 temos a possibilidade de priorização da população em situação de rua no Programa Minha Casa Minha Vida, através da portaria nº 595 de 2013, algo que nunca se concretizou de fato.

Em 2020, foi aprovado a substituição do PMCMV para o “Minha Casa Verde e Amarela”, impactando diretamente os beneficiários que se enquadravam na Faixa 1, agora inexistente. Voltamos à impossibilidade da camada populacional brasileira de baixa renda, acessar a moradia própria.

Deste caminho, podemos conceber que conjuntamente as restrições e constrangimentos ao acesso da PSR à Política Habitacional evidencia-se ainda as alterações no mundo do trabalho e na sociedade capitalista. Com isso o acirramento da questão social, que reflete diretamente - por ser o fundamento do fenômeno -, no aumento da precarização da vida dos sujeitos, e portanto, do uso do espaço público como estratégias precarizadas de moradia e sobrevivência. A PSR, além de ser empurrada para as condições mais precarizadas de existência, de trabalho, de sociabilidade e cidadania, enfrenta ainda o esfacelamento e a não materialização de políticas públicas e sociais voltadas às suas demandas específicas, sendo a principal delas, segundo o MNPR, o acesso à moradia digna (MNPR, 2010, p.13).

Para Maricato (2015), a cidade é um negócio de renda imobiliária, ou seja, ela permite à classe dominante a geração de acúmulo a partir do lucro, excluindo da sociabilidade e de determinados territórios a população que não tem condições econômicas, sociais e políticas de permanecer nesses espaços.

Com relação à questão da habitação, Oliveira e Sampaio (2017), indicam que é um fenômeno que tem suas raízes históricas, porém é potencializado pelos efeitos deletérios do acirramento da questão social, com o aumento da financeirização do direito à moradia bem como da especulação imobiliária. Restando assim a contingentes da população as periferias com oferta de serviços básicos e infraestrutura precarizada que acabam por fornecer a força de trabalho para a manutenção do cotidiano das grandes cidades e, nesse cenário, o último refúgio aos desempregados, sem uma rede primária e secundária de proteção social adequada, acaba sendo as ruas. Tornando assim esse o espaço privilegiado de socialização e reprodução da existência.

O ajuste provocou mudanças no mundo do trabalho, cujos efeitos mais evidentes são o agravamento do desemprego, da precarização das relações e das condições de trabalho e a queda da renda média real dos trabalhadores. Esses efeitos produziram uma superpopulação relativa que fez aumentar as desigualdades sociais e elevar os níveis de pobreza da classe trabalhadora. (SILVA, 2009, p.21).

Um elemento central a ser destacado ainda sobre a população em situação de rua é sua cor/etnia e a forma como estes se vinculam a aspectos particulares da formação sócio-histórica brasileira para análise da produção e reprodução do fenômeno. Quando não se abrange questões como o período de quase 400 anos do sistema político, social e econômico escravocrata e as ações do Estado, no pós-abolição, de exclusão e marginalização da população negra, assim como as investidas em fraudulentas ideologias de “embranquecimento” e democracia racial, que podem ser compreendidas também como um sistema operante de genocídio da população preta e indígena. Dessa maneira, não é possível compreender os reais fundamentos do fenômeno PSR no Brasil, na perspectiva do método materialista histórico-dialético desconsiderando a relação entre passado escravocrata e preconceito racial.

A respeito do perfil da PSR conforme pesquisa de Silva é possível delimitar que

[...] a maioria das pessoas nessa condição é do sexo masculino (cerca de 78%), encontra-se em idade economicamente ativa, sendo crescente a concentração em faixas etárias mais elevadas, principalmente na faixa etária entre 25 e 55 anos. Em relação à escolaridade, cerca de 70,00% sabem ler e escrever, possuindo escolaridade entre a 1^a e a 8^a série, embora seja crescente o quantitativo de pessoas com graus de escolaridade mais elevados. Quanto à origem, é crescente a participação do próprio estado e nesse, a de sua respectiva capital [...]. É crescente também o tempo de permanência nas ruas. [...] Em relação à família, apenas cerca de 10,00% das pessoas em situação de rua encontram-se acompanhadas de algum parente. A maioria absoluta tem conhecimento da existência de sua família, mas estabelece pouco ou nenhum contato com ela. [...] Em relação ao trabalho, cerca de 72,00% afirmam ter uma profissão ou ter desenvolvido alguma experiência de trabalho anterior à situação de rua. Tais experiências concentram-se nas áreas da indústria, serviços (especializados ou não), construção civil e ocupação doméstica. [...]. Na situação de rua, destacam-se as atividades ligadas a carro (lavar, vigiar, limpar para-brisas, entre outras) e, particularmente, a atividade de catação de materiais recicláveis como alternativa de geração de renda, embora a mendicância ainda seja relevante em algumas localidades. (SILVA, 2009, p. 171-172).

Importante nos atentarmos ainda para a definição apresentada pelo MNPR, acerca do contingente que constitui essa população:

Muitos perderam seus empregos e romperam vínculos afetivos por não conseguirem conviver dentro de suas casas. Outros, pela dependência química, tiveram estas relações agravadas. O que se vê é um processo de perdas, do trabalho, da família, dos amigos e até mesmo da esperança de viver. [...] Elas apresentam em suas vidas histórias de desemprego e trabalhos instáveis e precários, como os da construção civil, ou atividades específicas de rua, como guardadores de carro e catadores de materiais recicláveis. Chegam a perder a própria condição de ser trabalhador. Os sentimentos de fracasso e de impotência perante a vida, roubam o espaço da esperança. [...] É um estigma que rotula a todos como incapazes e vagabundos, e pior, como bandidos e criminosos, acentuando a criminalização da pobreza [...] Toda pessoa que está em situação de rua é um cidadão! Portanto, seus direitos e obrigações estão estabelecidos na Constituição Federal de 1988, independente da cor, raça, religião ou condição social e econômica. (MNPR, 2010, p.7 - 11).

Em síntese, um dos maiores obstáculos ao fortalecimento da luta ampliada pelos direitos da PSR, é a reprodução de ideologias racializadas, eugenistas, higienistas, além da financeirização da política urbana, voltada à acumulação do setor imobiliário (OURIQUES, 2016). Logo, o olhar hegemônico da sociedade para a PSR, é um olhar estigmatizado. Há como exemplo a associação imediatista feita entre PSR e o consumo de Substâncias Psicoativas (OLIVEIRA, SAMPAIO, SALDANHA, 2016).

A associação também a discursos baseados na antiga, porém vigente, Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei 3688/41), mais conhecida como Lei da Vadiagem. Mesmo afirmando que medidas jurídicas como estas são tecnologias utilizadas para o encarceramento em massa da população negra e a aplicação dos aparatos repressivos-militares do Estado. Silva (2009) aponta ainda a existência majoritária de diversas modalidades de trabalho exercidas pela PSR. Entretanto, esta população ocupa os postos mais precarizados de trabalho, principalmente no setor informal.

A pesquisa realizada por Silva (2009), além de permitir romper com visão estigmatizada da PSR, que equivocadamente fundamenta sua condição ao uso abusivo de álcool e drogas e a negligência com as relações de trabalho, aponta, pelo contrário, as variadas formas de exercer atividades informais remuneradas por esta população. Das experiências de trabalho anteriores à condição de sobrevivência na rua, são apontados os ramos da indústria, serviços, construção civil e ocupação doméstica. Já na situação de rua:

Destacam-se as atividades ligadas a carro (lavar, vigiar, limpar para-brisas, entre outras) e, particularmente, a atividade de catação de materiais recicláveis como alternativa de geração de renda, embora a mendicância ainda seja relevante em algumas localidades. Para esse grupo populacional, o trabalho continua sendo a principal referência material, psicológica e cultural, simbolizando as possibilidades de desenvolvimento, acesso a melhores condições de vida, felicidade e realização pessoal. (SILVA, 2009, p. 172).

Em virtude dessas apreensões estigmatizadores e pormenorizadas da PSR que se defende a importância de iniciativas de pesquisas e trabalhos nas universidades que se debruçam sobre esse tema e que busquem desmistificar certas apreensões sobre essa população.

Além disso, segundo Iamamoto (2015), as desigualdades sociais revelam o descompasso entre a temporalidade históricas distintas, mas coletivamente articuladas, atribuindo particularidades à formação social do país. Ou seja, o trabalho centraliza as modalidades de sociabilidades contemporâneas, por vivermos em uma sociedade burguesa pautada na exploração do trabalho alienado.

Dessa maneira, podemos observar que não é um único fator que acarreta na ida para rua sendo vários fatores que influenciam, centralizando o trabalho/desemprego como determinante, a ausência de políticas públicas e sociais de acesso à moradia e a ruptura e/ou fragilização de laços familiares. Vejamos então a seguir, de que maneira podemos identificar o fenômeno PSR abordado nos TCC's à luz das discussões teóricas elencadas anteriormente.

2. A ANÁLISE DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Dadas as características centrais da pesquisa exploratória, de teor aproximativo acerca do objeto, desafiando a investigação a ultrapassar o senso comum (Lima *et al.*, 2009, p.34), julgamos este o método mais qualificado. Para um debate mais aprofundado das temáticas acerca da PSR presentes nos trabalhos, foi também utilizada a metodologia da pesquisa bibliográfica (cf. GIL, 2008), selecionando produções científicas a respeito do tema, para que pudéssemos melhor destrinchar as indicações teóricas do fenômeno PSR apontadas nos TCC's.

Em levantamento realizado no final do ano de 2020 foram identificados sete trabalhos que abordam o tema disponíveis por meio da biblioteca virtual da UFPR. O curso de graduação está localizado no município de Matinhos, no litoral paranaense, e desde 2006 já foram

defendidos 130 TCC's, sendo destes 7 específicos sobre a PSR. Do total de 7 TCC's, o primeiro foi desenvolvido no ano de 2011 e o último no ano de 2018. Dentre estes, 6 tratam especificamente da PSR (VEIGA, 2018; SILVA, 2017; HACKER, 2011; CUNHA, 2017; GRAÇA, 2015; MOREIRA, 2017) e um aborda a temática em paralelo à Política de Saúde (ALBUQUERQUE, 2016).

A seguir, quadro com a síntese dos Trabalhos analisados

Autor(a)	Título	Tema principal	Definição apresentada sobre o fenômeno População em Situação de Rua
Cleuza Veiga	UM ESTUDO SOBRE OS SERVIÇOS DISPONÍVEIS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO LITORAL PARANAENSE	Serviços e atendimentos aos moradores ³ em situações de rua	Processo de exclusão social
Andressa Priscila Da Silva	SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO POP: Relatos dos usuários	Dificuldades da atuação do Serviço Social nos serviços prestados na cidade de Paranaguá junto a população e situação de rua.	Exclusão social gradativa.
Catia Thais Moreira	A POLÍTICA NACIONAL DE INCLUSÃO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA DOS ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA- PR	Efetivação da Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua no município de Guaratuba-PR.	Expressão radical da questão social
Barbara Regina Fraga de Albuquerque	A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ATENÇÃO À SAÚDE NO HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL DO PARANÁ	Compreender as transformações históricas da política de saúde no Brasil, bem como, o direito à saúde e criação do SUS, juntamente com seus princípios e diretrizes.	Exclusão social

³ A autora do TCC utiliza o termo “moradores de rua” para se referir a população em situação de rua.

Diane Elizandra Hacker	TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS EM SITUAÇÕES DE RUA NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA/PR	Relatos de moradores em situação de rua situados no município de Guaratuba/PR	População vulnerável e Exclusão social
Joice Krominski Graça	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ANÁLISE DE UM GRUPO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ/PR	Identificar o perfil da população em situação de rua atendido pela Instituição Comunidade Milagre Eucarístico (CME)	Exclusão social e Rompimento com os familiares
Gabrielly Martins da Cunha	UM ESTUDO RELACIONADO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA QUE UTILIZA OS SERVIÇOS DO CENTRO POP EM PARANAGUÁ	Analizar determinantes que levam a população em situação de rua a ocupar as ruas	Exclusão social

Quadro 1 – Quadro síntese com os temas e abordagens sobre a população em situação de rua.

Coaduna com a perspectiva de Silva (2009), a análise do TCC de Moreira (2017, p.15) ao situar o fenômeno nos determinantes desiguais da sociedade capitalista. A autora do trabalho aponta que não encontrou dados que mostram a quantidade de pessoas em situação de rua no litoral paranaense, dados este que, mesmo ausente, é significativo para revelar o descompromisso público com a oferta de programas e serviços voltados à esta população.

A autora Moreira (2009) em seu trabalho de conclusão, realiza uma pesquisa de cunho qualitativo, para isso entende o fenômeno população em situação de rua, como “expressão radical da questão social” através de um processo social e histórico derivado da forma de estruturação da sociedade capitalista permeada pela exploração e desigualdades sociais. Como parte de sua pesquisa Moreira (2009) realizou entrevistas no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) localizado no município de Matinhos/PR, com profissionais da equipe, indagando sobre o processo interventivo dos mesmos, obtendo como resposta que a intervenção que ocorre é a partir de tentativas de restabelecimento de vínculos familiares e fortalecimento daqueles já existentes. Segundo os profissionais, são oferecidos serviços de higiene e passagens de ônibus (apenas ida). Além disso, indica que pela sazonalidade do próprio município e das trajetórias de vida da PSR, o município situa-se

enquanto local de passagem e por conta disso, o CREAS não tem registro dos mesmos. Em seu trabalho de conclusão a mesma pode identificar e compreender a importância e urgência de problematizar a Política Nacional da População em Situação de Rua e contribuir com sua instrumentalização para a gestão de seus direitos. Isto é processual, é convívio, é construção coletiva e participativa, é ocupação do Serviço Social e deste Setor Universitário (MOREIRA, 2017, p.47).

No TCC de Veiga (2018), também foi utilizado o método da entrevista para análise das formas de atendimento a PSR. Entretanto, essa foi realizada com o pastor dirigente da Casa de Recuperação Jesus é Vida (CREJE), onde é realizado o internamento de pessoas em situação de rua que apresentam uso abusivo de substâncias psicoativas (SPA). A partir da entrevista e da análise concluímos que a abordagem reafirma o aspecto apontado por Ouriques (2016), acerca da moralização e estigmatização, condicionando o tratamento à participação em cultos religiosos da instituição. Dessa forma, reproduz uma perspectiva de que o sujeito em situação de rua é alguém a ser “ajustado”, “enquadrado”, sem compreender os determinantes sociais, econômicos e políticos que empurram os indivíduos na sociedade do capital para essa situação de extrema precarização e vulnerabilidade. Em seu trabalho, Veiga (2018) afirma que a população em situação de rua é caracterizada pelo processo de exclusão social, sendo uma população discriminada e estigmatizada como uma população perigosa, apenas pelo fato de ser uma população pauperizada, sendo excluída da sociedade por conta da realidade que enfrenta.

Iamamoto e Carvalho (2008, p.33) nos indicam que as relações de produção no capital se constituem e se reproduzem em todos os interstícios da sociedade, resultando assim na totalidade dessas mesmas relações. Ou seja, não é o uso de álcool e drogas que determina a situação de rua, mas as relações de dominação e exploração intrínsecas ao modelo de produção capitalista, somados aos efeitos da racialização e genocídio da população não-branca.

Albuquerque (2016, p. 37), relaciona o papel do Serviço Social à atuação direta ou indireta com a PSR, concluindo que cabe às/-aos profissionais assistentes sociais o reconhecimento do fenômeno como uma expressão da questão social. Ou seja, como matéria prima do seu processo investigativo e intervencional, processo este que deve ser aprendido no processo de formação profissional e educação permanente, permitindo assim, relacionar criticamente e dialeticamente a sua prática aos determinantes sociais, econômicas e culturais

das desigualdades sociais, refutando a culpabilização individual.

A vivência contínua da população em situação de rua com as situações de preconceito, violência, adoecimento físico e psicológico, privação das necessidades básicas, além da diária luta pela sobrevivência, provocam nesses indivíduos a perda da auto estima e de sua identidade, gerando sentimentos de abandono, desamparo depressão, desespero. (ALBUQUERQUE, 2016.p.27)

Albuquerque (2016) em seu trabalho volta principalmente à relação entre a PSR e as políticas de saúde, nos aponta que boa parte desta população apresenta doenças relacionadas à trajetória de rua ou que são anteriores à trajetória de rua mas incorrem em riscos e agravos devido às vulnerabilidades e violências atravessadas. Entre elas está: hipertensão, problemas psiquiátricos, DST/HIV/AIDS, problemas de visão, problemas nos pés (“bicho de pé”, calosidades, unha encravada, etc.), dermatites decorridos de episódios de infestação de piolhos, sarnas, tuberculose, gravidez de alto risco, doenças crônicas, alcoolismo e dependência química.

A autora destaca que é comum as pessoas em situação de rua rejeitarem o atendimento no hospital por conta das variadas formas de violência e preconceito que sofrem. Os profissionais que atuam nos serviços públicos de saúde muitas vezes não estão capacitados para o atendimento desta população, por desconhecerem suas particularidades e ainda, por partirem de princípios moralistas e punitivos (ALBUQUERQUE, 2016, p.48). Ao procurar atendimento nos serviços de saúde a população em situação de rua, precisa enfrentar a rejeição por parte dos profissionais da saúde, pois os equipamentos sociais públicos, geralmente não estão aptos a promover um atendimento de qualidade que possa responder às demandas e necessidades desses/as usuários/as. Concluímos, dessa forma, a necessidade de oferta de capacitações, formações por parte das Prefeituras e pesquisa e estudo por parte de profissionais.

Segundo Hacker (2011), em entrevista realizada em Guaratuba - PR, com a finalidade de produção do TCC, a autora entrevistou sete pessoas em situação de rua do município, do sexo masculino, buscando assim uma aproximação ao perfil desta população no município. Eram estes então, em sua maioria, com idade acima de 30 anos e de cor branca, que possuem uma profissão que não mais exercem; o grau de escolaridade é baixo entre os mais velhos e somente o entrevistado mais novo possui o ensino médio completo. Além disso, Hacker (2011),

relaciona a permanência ou a trajetória de rua na vida desta população como uma vontade individual de liberdade. Essa perspectiva parte da naturalização da questão social, e além disso, da romantização da pobreza, e da extrema vulnerabilidade. Sendo assim, a conclusão da autora não está respaldada em uma visão concreta da totalidade dos determinantes sociais acerca das expressões da questão social, mas parte de uma reflexão individualizante e limitada. Por mais que a liberdade apareça em determinados discursos dos motivos de permanência e trajetória de rua, ela não é o determinante, ou o fator de condicionamento do fenômeno, podendo ser, apenas em hipótese inicial, uma representação de um discurso consolador e uma estratégia de sobrevivência discursiva em relação à saúde mental desta população.

Cunha (2017) em seu trabalho de conclusão procura entender e analisar os determinantes que levaram a população em situação de rua, para a rua. A autora salienta:

Não só é resultante, mas também está exposto às contradições pertinentes ao modo de produção capitalista, o qual diz que todos os cidadãos possuem direitos e oportunidades iguais, pois que a produção das riquezas seja socialmente construída e individualmente apropriada apenas por uma parcela dos detentores do capital e dos meios de produção. (CUNHA, 2017, p. 11).

Seu trabalho de conclusão de curso aborda sua experiência no estágio realizado no centro POP do município de Paranaguá no ano de 2016. A autora acompanhou a sua supervisora de estágio nas visitas as famílias com o intuito conversar com as famílias e sensibilizar as mesmas, para que o indivíduo que se encontrava em situação de rua pudesse voltar para casa e realizar tratamento para a dependência química. Todavia, o índice de retorno apresentado não ultrapassou 10% na experiência concreta. A autora Nasser (2009), nos aponta que o indivíduo parte de casa para “sair para a rua”, em algumas vezes gerando o rompimento familiar, já em outros casos o vínculo familiar já havia sido rompido antes da saída para a rua. Cunha (2017, p.42), conclui a necessidade de maior efetivação das políticas pública, quando se fala em saúde, pois enquanto elas não dão a abordagem correta para os usuários, à Assistência Social não consegue dar continuidade para se obter um resultado melhor, fala-se isso não apenas da política, mas também dos profissionais que ali estão inseridos.

No TCC de Silva (2017, p.11), ocorre o relato de sua experiência de estágio e em seu objetivo se propõe a estudar as dificuldades da atuação do Serviço Social nos serviços prestados

aos moradores em situação de rua de Paranaguá. A autora realizou entrevistas com 13 usuários do Centro POP de Paranaguá, no ano de 2017, e explicou que o local atendia durante o dia cerca de 40 a 45 usuários, mas este número varia, pois em determinada época do ano, geralmente na temporada, os usuários migram para as praias e quando termina a temporada partem. A abordagem da entrevista aconteceu de maneira informal, para que os usuários se sentissem confortáveis. A autora conclui através das entrevistas realizadas, que a população possui a idade entre 31 a 50 anos, sendo em sua maioria homens, os mesmos são oriundos da cidade de Paranaguá ou das proximidades sendo: 38% Paranaguá, 8% Pernambuco, 7% Antonina, 8% Campinas, 8% Campo Grande, 15% Curitiba, 8% Londrina e 8% Morretes.

Graça (2015), em seu trabalho de conclusão, realiza entrevista com quarenta pessoas em situações de rua que frequentavam a Comunidade Milagre Eucarístico CME, tendo como principal objetivo identificar o perfil dos usuários em situação de rua. Conforme a pesquisa realizada por Graça (2018), 87,5% dos entrevistados são do sexo masculino e apenas 12,5% são do sexo feminino, quanto na faixa etária a autora apresenta que a idade dessa população está entre 20 a 40 anos, totalizando 70% deste grupo.

Notou-se semelhança nesses dados com a caracterização socioeconômica realizada pela pesquisa nacional, o qual identificou entre os usuários a idade entre 25 a 44 anos, quanto ao estado civil, 65% da população entrevista é solteira. Graça (2015), nos aponta, que 50 % não é natural de Paranaguá, porém 40 % são nativos da região, a autora salienta que a maioria dos usuários entrevistados, declararam ser usuário de alguma substância psicoativa, sendo o álcool e o crack a mais usada por eles, todavia, 50 % dos mesmo apresentam que gostariam de estar fazendo tratamento em uma chácara de recuperação.

Graça (2015, p.51) conclui em seu trabalho sobre a importância e a urgência em relação à efetivação dos direitos dessa população, que estão sendo violados em diversos aspectos como: moradia, habitação, saúde, assistência social e outros, ocasionando a permanência deles em constante vulnerabilidade e risco. Também ressalta a importância fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial que tem o papel de promover o cuidado integral da população que sofre com transtorno mental e dependência química.

Podemos observar que todos os trabalhos de conclusão analisados, compreendem a população em situação de rua, como sujeitos excluídos dentro da sociedade. Isso acontece por

conta da estrutura da sociedade em que vivemos, sendo a mesma capitalista. Silva (2009, p.96), salienta, pode- se dizer que foram essas condições histórico- estruturais que deram origem ao fenômeno do pauperismo, ao que se vincula o que hoje denomina população em situação de rua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os trabalhos apontam a necessidade de, nos espaços de formação e exercício profissional do Serviço Social, como Universidades, Faculdades, as Secretarias, Prefeituras e instituições às quais profissionais trabalham direta ou indiretamente com a PSR, devem oferecer reflexões críticas e pautadas na realidade concreta acerca deste fenômeno. Compreender suas particularidades e determinantes é fundamental para uma atuação qualificada e comprometida com os interesses desta população, e não a partir de ações caritativas e moralizantes, que transitam entre a violência e o favor baseado na humilhação.

Almeida (2020) nos alerta sobre o modelo da nossa sociedade capitalista que se utiliza de tecnologias racializadas e racializantes, como o racismo, para intensificar a exploração e extração de mais-valia da força de trabalho da população negra. São também, segundo Mbembe (2016), os corpos negros e não-brancos que são os alvos das políticas genocidas da necropolítica, o que fica escancarado ao que se refere ao perfil da PSR e às políticas higienistas, à vinculação massificada dessa população ao consumo de álcool e drogas e a criminalização da pobreza como ferramenta de naturalização de um estado de exceção.

Concluímos portanto que, são diversos os motivos que condicionam a rua como estratégia de sobrevivência, estando todos eles atrelados direta e indiretamente ao modelo de sociedade pautado na exploração da força de trabalho, na informalização e flexibilização das relações trabalhistas, na necessidade da superpopulação relativa para manter a alta taxa de acumulação e no extermínio das populações não-brancas, que podem, atreladas à outras expressões da questão social, culminar no rompimento de vínculos familiares.

Sendo assim, é importante e fundamental o fomento e a construção coletiva de espaços de debate e articulação, junto à população em situação de rua, à representantes do MNPR, às/aos profissionais que trabalham com esta população e a sociedade civil no geral, voltados à compreender e a formular estratégias de enfrentamento e defesa de direitos, buscando romper

com a visão moralista e estigmatizada dessa população que beneficia o processo de acumulação do capital.

Tendo em vista que as políticas públicas e sociais partem do movimento da luta de classes e das demandas reivindicatórias da população, e ainda, que o Serviço Social tem em tais políticas ferramentas importantes do seu trabalho, cabe às/aos profissionais assistentes sociais o fortalecimento e articulação aos movimentos sociais da população ao qual o/a mesmo/a trabalha. Incentivar e dispor-se a construção de Conselhos de Direitos, a ampliação da participação da PSR nos processos decisórios e do planejamento dos serviços, programas, projetos é fundamental para a constituição de vínculos entre usuários e profissionais e assim, buscar respostas coletivas às demandas coletivas, visando sempre a universalização do acesso à bens e serviços na perspectiva da emancipação humana.

Referência:

ALBUQUERQUE, Bárbara Regiane Fraga de. **A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: Atenção à Saúde no Hospital Regional do Litoral.** 2020. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2016.

CUNHA, Gabrielly Martins da. **UM ESTUDO RELACIONADO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA QUE UTILIZA OS SERVIÇOS DO CENTRO POP EM PARANAGUÁ.** 2017. 49 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GRAÇA, Joice Krominski. **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ANÁLISE DE UM GRUPO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ-PR.** 2015. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2015.

HACKER, Diaime Elizandra. **TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA/PR.** 2011. 81 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea.** Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica - metodológica.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 380 p.33

LIMA, Telma Cristiane Sasso de and MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. katálysis [online]. 2007, vol.10, n.spe, pp.37-45. acesso em 27 abril. 2021.

Mbembe, Achille. **NECROPOLÍTICA: biopoder, soberania, estado de exceção política da morte.** Arte & Ensaios | revista do ppgav/eba/ufrj | n. 32 | dez. 2016. p. 122 - 151

MOREIRA, Cátia Tais *et al.* **A POLÍTICA NACIONAL DE INCLUSÃO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA DOS ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA-PR.** 2017. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017.

MARICATO, Erminia. **Para entender a CRISE URBANA.** São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112.p.23.

OURIQUES, Ciberen Quadros. **A PEDRA ANGULAR: fundamentos utilizados pelo serviço social sobre população em situação de rua.** 2016. 260 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

OLIVEIRA, Robson de; SAMPAIO, Simone Sobral. **O direito à moradia e a Política Habitacional Brasileira: uma análise a partir das lutas da população de rua.** In: OLIVEIRA, Marcos de Jesus (org.). Direitos Humanos e Pluriversalidade: conexões temáticas. Curitiba: Prismas, 2017. Cap. 4. p. 119-144.

OLIVEIRA, R.; SAMPAIO, S. S.; DE SOUZA, A. J. M. **População de rua e direito à moradia: uma análise a partir do Programa Minha Casa Minha Vida.** Sociedade em Debate, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 180-200, 2017. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1508>. Acesso em: 23 fev. 2021.

SILVA, Andressa Priscila da. **Serviço Social no Centro Pop:** relatos dos usuários. 2017. 85 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situações de rua no Brasil.** - São Paulo: Cortez, 2009.

Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). **Cartilha para formação: Conhecer para lutar.** Instituto Polis. 2010.

VEIGA, Cleuza. **Um estudo sobre os serviços disponíveis à população em situação de rua no litoral paraense..** 2018. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2018.